



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Quinta-feira
(08/03)**

Manchetes

Folha de S. Paulo: Operações do Exército no Rio ignoram áreas dominadas por milícias

GGN: MPF acompanhará intervenção no Rio e pede esclarecimentos

Jota: Senado aprova projeto que amplia atuação de advogado no inquérito policial

EBC: ONU se diz preocupada com uso das Forças Armadas para combate ao crime no Rio

G1: Ceará vai receber Centro de Inteligência da Polícia Federal, diz ministro Raul Jungmann

CGN: Após morte de agente e ameaças do PCC, polícia quer fronteira fechada

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Áreas de milícias: Folha de S. Paulo noticia que, sete meses após o início das ações com apoio dos militares e tendo ocorrido 20 operações em favelas e zonas carentes do Rio de Janeiro, nenhum território da milícia teve sequer uma zona ocupada. Das ações militares, 11 foram em locais dominados pelo CV (Comando Vermelho), a maior facção criminosa do Rio. Em cinco ocasiões, deu-se prioridade onde há disputa entre CV, TCP (Terceiro Comando Puro) e ADA (Amigos dos Amigos). Outras quatro foram em locais dominados por TCP ou ADA. Sobre milícias, até agora, nenhum indicativo. Enquanto as autoridades não incluem a milícia no escopo das ações, grupos disputam áreas e mantêm moradores sujeitos a leis próprias em troca de alegada segurança.

MPF pede esclarecimento: O Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito civil público para investigar os desdobramentos na Baixada Fluminense da intervenção



federal decretada pelo presidente Michel Temer no estado do Rio de Janeiro. Entre as medidas, os procuradores da República de São João de Meriti intimaram o Centro Integrado de Comando e Controle, criado pelo governo Temer para planejar a intervenção, a apresentarem no prazo de 10 dias relatórios sobre as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) determinado pelo Ministério da Defesa desde 2017, além dos planos para a implementação de medidas futuras relacionadas à intervenção federal. Notícia do **GGN**.

ONU se preocupa: EBC noticia que o alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, demonstrou preocupação com o uso das Forças Armadas para o combate ao crime em geral e citou especificamente a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro em seu discurso na 37ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos na última quarta-feira (7), na Suíça. Zeid Al Hussein disse que Forças Armadas não são especializadas em segurança pública e investigação e pediu que o governo garanta o respeito aos direitos humanos. Ele também condenou um suposto pedido de anistia prévia para eventuais atos que possam ser cometidos pelas tropas durante o período da intervenção.

Laboratório da intervenção: O Globo informa que, com a nova operação realizada, nesta quinta-feira (8), pelas Forças Armadas, a Vila Kennedy se consolida como uma espécie de laboratório da intervenção federal na segurança pública do Rio, iniciada no último dia 16. Segundo o Comando Militar do Leste (CML), cerca de 900 soldados foram ontem à comunidade da Zona Oeste para retirar novamente barricadas montadas pelo tráfico nos acessos à favela. Especialistas apoiam a estratégia, que, de acordo com oficiais, será adotada em outras regiões da cidade. Para eles, é necessário um “trabalho de formiguinha”, baseado no reconhecimento do terreno, em ações de inteligência e na sensação de ordenamento urbano gerada pela presença da tropa.

Objetivos da intervenção: O general Braga Netto, responsável pela intervenção da Segurança do Rio, afirmou que o objetivo das ações da Exército nas comunidades não é apenas garantir a segurança e combater criminosos, mas levar os serviços do estado



para os moradores. Ainda de acordo com o general, será feito um estudo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio, para retirada das que não estiverem apresentando rendimento e fortalecimento das demais. Ele voltou a afirmar que a intervenção é federal, e não militar, e que o papel das Forças Armadas é de colaborador. Notícia do **O Globo**.

Centro de inteligência: **G1** noticia que o Ceará vai receber o Centro Regional de Inteligência da Polícia Federal, segundo anunciou nesta quarta-feira (7) o ministro da Segurança, Raul Jungmann. O objetivo do centro é investigar e combater atuação de facções criminosas no Nordeste. A instalação de forças de Inteligência da Polícia Federal é um pedido de governadores do Nordeste devido ao crescimento da atuação de facções criminosas na região. No Ceará, a violência do crime organizado ficou evidenciada principalmente em dois casos de assassinato em massa no início de 2018.

Atuação ampliada: O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (07) o PLS 366/2015 que altera o Código de Processo Penal e assegura o espaço para a ampla defesa e o contraditório no inquérito policial. A proposta agora segue para a Câmara dos Deputados. Segundo o texto aprovado, fica permitido a advogado de um acusado o acesso às provas que, já documentadas nos autos do inquérito policial, digam respeito ao exercício do direito de defesa, “excetuados os registros relativos a diligências em andamento e medidas cautelares sigilosas, cujo acesso possa prejudicar a eficácia das investigações”. O projeto também muda o artigo 155 do Código de Processo Penal (CPP). Na nova redação, o juiz deverá formar sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório, sendo que não poderá fundamentar “exclusivamente nos elementos de prova colhidos no inquérito, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.” Notícia do **Jota**.

Fronteira fechada: **CGN** informa que as forças de segurança de Mato Grosso do Sul se mantêm em estado de alerta após a execução do investigador Wescley Dias Vasconcelos, na última terça-feira, em Ponta Porã. Áudios em grupos de WhatsApp foram compartilhados informando sobre suposto plano da facção Primeiro Comando da Capital



(PCC) com objetivo de matar mais policiais em todas as cidades do Estado. Por este motivo, o Sindicato Estadual da Polícia Civil (Sinpol) sugere fechamento da fronteira. Segundo o presidente do Sinpol, Giancarlo Corrêa Miranda, a melhor saída para essas possíveis emboscadas seria a realização de nova operação na linha internacional, saturando a região com policiais e inibindo a movimentação do crime organizado.

Sistema Prisional

Transferência: A Secretaria da Justiça do Ceará transferiu 25 internos da cadeia pública de Pentecoste após um confronto entre membros de facções rivais que resultou na morte de duas pessoas, na manhã desta quarta-feira (7). Dos 11 internos feridos, um está em procedimento cirúrgico e tem a situação delicada. Seis permanecem em atendimento hospitalar e dois já retornaram à unidade prisional. Com capacidade projetada para abrigar 16 detentos, a Cadeia Pública de Pentecoste abrigava 63 internos. De acordo com os policiais que vistoriaram a cadeia, as armas de fogo foram deixadas na cadeia através de um buraco feito em cima da delegacia. O confronto teve início por volta das 9h e foi motivado por disputa entre facções criminosas: de um lado, membros do Comando Vermelho e, do outro, integrantes da facção Guardiões do Estado (GDE) e Primeiro Comando da Capital (PCC), aliados no Ceará.

Morte de mulheres: Folha da Região noticia que a Polícia Civil do Ceará procura os corpos de três mulheres que foram torturadas, mortas e decapitadas por uma facção criminosa em Fortaleza. O crime, que aconteceu na sexta-feira, 2, foi filmado pelos próprios executores e postado nas redes sociais. As três mulheres são apontadas como simpatizantes ou integrantes da facção Comando Vermelho (CV), embora os familiares neguem qualquer envolvimento das vítimas com o crime organizado. O delegado adjunto do 7º Distrito Policial, Alexandre Sanders, informou que três homens e um adolescente foram capturados pela polícia no bairro Parque Leblon, em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, como suspeitos de envolvimento no triplo homicídio.

Nascimentos em penitenciária: G1 informa que mães e grávidas estão entre as 1.263



detentas da Penitenciária Feminina de Tupi Paulista (SP) que, ao todo, tem capacidade para 708 pessoas, de acordo com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Neste cenário, das 154 gestantes, registradas de 2016 até atualmente, 92 deram à luz na unidade prisional. O número representa 59,7% das presas grávidas registradas na unidade de 2016 até esse início de 2018. A Comissão Carcerária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Dracena sente resistência das unidades que possuem alas materno-infantil em respeitarem os direitos das detentas. Em Tupi Paulista, 322 mulheres se enquadram no direito à prisão domiciliar, de acordo com o habeas corpus coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no último dia 20.

Drogas e abandono: A população carcerária feminina no Brasil supera as 42 mil mulheres. Quase 70% pelo crime de tráfico de drogas. Outras tantas por furto ou roubo. Poucas por crimes contra a vida. Estima-se que perto de 80% têm filhos ou estão grávidas. As presas provisórias, ou seja, que ainda aguardam julgamento dos crimes, chegam a 44%. O número de mulheres encarceradas aumentou 16% em dois anos. Os dados estão no último levantamento do Infopen (Informações do Sistema Penitenciário). Dentre as particularidades do encarceramento feminino está o contexto de abandono dessas mulheres. Notícia do **Yahoo**.